

AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ  
ANEXO À NOTA DE EMPENHO

Contrato Administrativo nº 36/2025/AMEP

eProtocolo nº 24.878.515-2.

Objeto: Fretamento de ônibus para deslocamento de servidores da AMEP para participação no evento Arena ANTP – Congresso Brasileiro de Mobilidade Urbana.

Empresa: VM TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 30.232.632/0001-41

Valor: R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

**CONTRATANTE:** A AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ - AMEP, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.820.337/0001-94, com sede à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, 1º andar, Centro Cívico, nesta Capital, CEP: 80.530-140, neste ato, pelo seu Diretor-Presidente Sr. Gilson de Jesus dos Santos, brasileiro, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], Estado do Paraná, doravante denominado Contratante.

**CONTRATADO(A):** VM TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 30.232.632/0001-41, com sede na Rua Capitão João Michelizen, 256, Campo Santana, Curitiba/PR, neste ato representada por Valdinei Santos, devidamente inscrito no CPF sob o n.º [REDACTED], doravante denominada Contratada.

**1 DO OBJETO:** O objeto da presente contratação é a prestação de serviços de fretamento de ônibus para deslocamento de servidores da AMEP para participação no evento Arena ANTP – Congresso Brasileiro de Mobilidade Urbana.

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Prestação de serviços de fretamento de ônibus semi-leito para o dia 30/10/2025, com a saída de Curitiba/PR com destino a São Paulo/SP, com seu respectivo retorno a Curitiba/PR.	
Valor Total	R\$ 6.500,00

**2 DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO:** O prazo de vigência e de execução é de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua assinatura.

**3 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:** Integra este instrumento o Descritivo da Proposta de Preços constante do Protocolado n.º 24.878.515-2, independentemente de transcrição.

**4. DO PAGAMENTO:**

**4.1** O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

**4.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**4.3** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 5 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

**5.1** o contratado deverá:

**5.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**5.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**5.1.3** manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**5.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, Lei Federal nº 8.078, de 1990, ficando a contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**5.1.5** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**5.1.6** utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**5.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**5.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**5.8.9** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e outras previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**5.2.** São obrigações do Contratante:

**5.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

**5.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**5.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**5.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**5.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no protocolado de origem;

**5.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**5.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**5.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**5.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**5.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

**5.3** As Partes contratantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei 9 Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

## **6 DOS CASOS DE EXTINÇÃO**

**6.1** O presente instrumento poderá ser extinto:

**6.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**6.1.2** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**6.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**6.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**6.3** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.


**6.4** O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**7 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Este instrumento é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos.

**8 DO FORO:** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, assinado e datado digitalmente

**CONTRATANTE AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ**  
Diretor-Presidente Gilson de Jesus dos Santos

Documento assinado digitalmente  
 **VALDINEI SANTOS**  
Data: 29/10/2025 10:17:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CONTRATADA VM TRANSPORTES LTDA**  
Representante Legal

Documento: **Contrato362025FretamentoOnibusArenaANTP\_assinadoValdinei.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gilson de Jesus dos Santos (XXX.542.429-XX)** em 29/10/2025 11:17 Local: AMEP/DP.

Inserido ao protocolo **24.878.515-2** por: **Gilson de Jesus dos Santos** em: 29/10/2025 11:00.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**41a305b7f422423b403dbaa4707bc1fc**.